

Sobre literatura e direitos humanos¹

Sobre literatura y derechos humanos

Sur la littérature et les droits de l'homme

Diane Valdez²

Brasil, em um janeiro de 2023.

Prezadas professoras...

Prezados professores,

Lanço estas mal traçadas linhas ao vento na esperança de que elas alcancem as mais distintas gentes, trabalhadoras em educação, e que as encontrem com saúde e disposição para a luta. Aproveito para agradecer e abraçar todas as pessoas que fazem parte do complexo mundo do magistério: professoras, professores, alunos, alunas, famílias, comunidade etc. A finalidade dessa missiva é a de conversar com as pessoas que confiam na educação pública e na sua capacidade para a construção de uma sociedade justa, humana e democrática. Que possamos caminhar no chão de um mundo movido pela dignidade, valorização do conhecimento, da ciência, de docentes, da alunada, das famílias e de toda a comunidade.

O tema aqui tratado, “Literatura e Direitos Humanos”, é sempre necessário, sobretudo, em tempos que ainda sobram violências. É preciso promover um gigante e incessante movimento de trocar armas por livros. Isso pode parecer uma fala simplista, mas não é. A Arma fere, ameaça, mata. O livro ensina, educa e prioriza o saber, reveste-o de forma humana. Falar sobre a literatura de maneira ampla, geral e irrestrita é importante! Todos os dias...

Acredito na relação de crianças, adolescentes e pessoas adultas com a literatura, pois esse contato promove a inclusão do direito aos livros e aos bens culturais produzidos pela humanidade. De acesso livre e de interpretações diversas, a literatura não tem fronteiras... ela

¹ Essa carta foi elaborada e apresentada na mesa intitulada *A literatura como direito humano: experiências formativas do estágio supervisionado*, que integrou o VI Simpósio de Estágio Supervisionado de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade da cidade de Inhumas, Goiás, no dia 26 de janeiro de 2023, às 19h. O conteúdo inicial foi modificado para estender a carta a todas as pessoas leitoras, sobretudo, professoras e professores das escolas públicas do Brasil a fora.

² Universidade Federal de Goiás

corre pelo mundo e precisa chegar sem muros, sem cercas e sem exclusividades às mãos, às vistas e às escutas de todas as pessoas.

Trago nessa carta, junto com as palavras que tomam formas diversas, pedaços das escritas de Manoel de Barros, poeta pantaneiro nascido às margens do rio Cuiabá, que cantou, e ainda canta, sua história em contato com o mundo, com as pequenas grandes coisas da natureza. Manoel ‘poemou’ inúmeras “inutilidades”, transformando-as em literatura para todas as idades. No poema *Infantil*, do livro *Tratado geral das grandezas do ínfimo* (2013, p. 37), o poeta, lindamente, desenhou a lírica das palavras inventadas, sem se prender ao artifício, ao rigor da forma, à beleza fria das rimas lapidadas:

O menino ia no mato
 E a onça comeu ele
 Depois o caminhão passou por dentro do corpo do menino
 E ele foi contar para a mãe.
 A mãe disse: Mas se a onça comeu você, como é que
 o caminhão passou por dentro do seu corpo?
 É que o caminhão só passou renteando meu corpo
 E eu desviei depressa.
 Olha, mãe, eu só queria inventar uma poesia.
 Eu não preciso de fazer razão.

Manoel inventou poesias sem querer fazer razão, mas fez diversas razões e moveu gente de todas as idades. Em seu exercício de ser poeta não elegeu, não distinguiu quem passaria os olhos pelas suas escritas tão simples, espontâneas, mas não simplistas. Suas poesias alcançam as mais diversas vidas, dialogam com o universo surreal da inventividade.

Apoiamo-nos nesse ‘fazedor de amanhecer’ para confirmar a importância do direito ao acesso a livros. Estes, a nosso ver, devem sair das mãos de poucas pessoas, consideradas iluminadas, e voar para lugares diversos. Alcançar os espaços educativos (escolas públicas), as famílias [no contexto amplo, não no aspecto conservador cristão], as organizações populares, os movimentos sociais, as associações e movimentos de trabalhadores/as urbanos e rurais, os hospitais, as prisões e mil outros espaços repletos de gentes de todas as cores, de todos os jeitos. O acesso à literatura é um direito a ser garantido e não uma benevolência.

Apropriar-se da literatura permite ampliar o direito ao conhecimento e, como registrou Manoel de Barros em seu poema *Escova*, do livro *Memórias inventadas: a Infância* (2003, p.23), podemos escovar as palavras e fazer textos literários. Nós podemos escrever, publicar e divulgar nossas palavras guardadas...

Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso.
No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso.
Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos.
E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor.
E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão.
Logo pensei de escovar palavras.
Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos.
Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras.
Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas.
Eu queria, então, escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma.
Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos.
Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha.
Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras.
Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto?
Eu respondi a eles, meio entressonhado, que eu estava escovando palavras.
Eles acharam que eu não batia bem.
Então eu joguei a escova fora.

Meio ‘entressonhado’, Barros escovou palavras. Ele construiu livros com nomes de memórias inventadas que parecem chegar tão perto da gente. Antonio Candido (1988), estudioso democrático da literatura, ao alertar sobre o complexo mundo literário, reafirmou a ideia de que essa arte não corrompe nem edifica, mas ela tem o papel de humanizar. Por isso e muito mais, Candido defendeu a garantia do direito à literatura [clássica ou popular] para todas as pessoas.

Não apostamos na leitura silenciosa que emudece vozes e ações coletivas. Arriscamos nas escavações das palavras. Escavações barulhentas... no coletivo... para que as palavras, voem e alcancem invenções de poesias, sinfonias diversas e outras traquinagens. O acesso ao livro, como cultura material, não se limita a quem defende exclusividades pequenas, pois as páginas dos livros não são propriedades de alguns ou algumas... Barros, o poeta pantaneiro, preza o conhecimento que não está somente nas paredes cinzas de instituições sisudas. Assim diz Manoel (2003, p. 09) no texto *O apanhador de desperdício*, escrita que vocês encontram no livro *Memórias inventadas: a Infância*:

Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras

fatigadas de informar.
 Dou mais respeito
 às que vivem de barriga no chão
 tipo água, pedra, sapo.
 Entendo bem o sotaque das águas.
 Dou respeito às coisas desimportantes
 e aos seres desimportantes.
 Prezo insetos mais que aviões.
 Prezo a velocidade
 das tartarugas mais que a dos mísseis.
 Tenho em mim esse atraso de nascença.
 Eu fui aparelhado
 para gostar de passarinhos.
 Tenho abundância de ser feliz por isso.
 Meu quintal é maior do que o mundo.
 Sou um apanhador de desperdícios:
 Amo os restos
 como as boas moscas.
 Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.
 Porque eu não sou da informática:
 eu sou da invencionática.
 Só uso a palavra para compor meus silêncios.

As palavras nas vozes coletivas, ‘invencionáticas’, têm formato de canto, de voos de libélulas, de chuva caindo após a seca do cerrado, espalhando o cheiro de terra molhada, de direito conquistado, de violência cortada. Nesse feitio, reconheço a diversidade de vozes da literatura, incluindo as tessituras feitas por pessoas negras, indígenas e outras que não fazem parte do circuito comercial da literatura e do tão aclamado cânone. Prezo pela socialização de vários gêneros em formato de trocas nos saraus, nas rodas de histórias, nas leituras coletivas, nas declamações, nas tertúlias literárias, nas produções de escritas de livros... e muitas, muitas outras formas de encantamentos.

Investir na democratização do livro, desconsiderar a função pedagógica e didática, imposta à leitura, e priorizar o papel complexo de sensibilizar e de humanizar, assim, nessa ordem, pode nos ajudar, em nossos silêncios, escutar as palavras escovadas e compor as escutas de coisas consideradas desinteressantes e que são tão preciosas. Com as palavras, podemos confrontar gentes que querem interditar e regular o direito à arte... A literatura é uma arte, é um direito humano, é a coragem para a criatividade!

Um texto literário parece resistir a qualquer tentativa de padrões deterministas e de homogeneização de sentimentos. Não cabe em caixas herméticas. Jorra até dispensar engessamentos do tipo: “O que o/a autor/a quis dizer com isso?” As pluralidades falam, às vezes gritam! As práticas de leituras ampliam as interpretações, aguçam a curiosidade da pequenada que lê as imagens, escova palavras, faz pesquisas com os olhos. Como *O menino que ia no mato*

E a onça comeu ele, as crianças não se acostumam com uma história única, pois a literatura para essa gente sincera é grande e não tem hierarquia.

Trago nessa carta minhas vivências como professora que trabalha na formação, como leitora e escritora de final de semana. Falo das vivências com a literatura em grupos de crianças, adolescentes, mulheres. De temáticas que envolvem o papel, nada didático, de recorrer à literatura de páginas com sensibilidades e humanizações, apressando a perspectiva de discutir sobre o direito ao bem cultural chamado livro. Não cabe prova para avaliar a humanização. Cabe, talvez, palavras e ações... Cabe Barros (2003, p. 26), aquele do pantanal que em seu livro *Memórias inventadas: a Infância* registrou seu poema *o Cabeludinho*:

Quando a Vó me recebeu nas férias, ela me apresentou aos amigos:
 Este é meu neto. Ele foi estudar no Rio e voltou de ateu. Ela disse que eu voltei de ateu. Aquela preposição deslocada me fantasiava de ateu. Como quem dissesse no Carnaval: aquele menino está fantasiado de palhaço. Minha avó entendia de regências verbais. Ela falava de sério. Mas todo-mundo riu. Porque aquela preposição deslocada podia fazer de uma informação um chiste. E fez. E mais: eu acho que buscar a beleza nas palavras é uma solenidade de amor. E pode ser instrumento de rir. De outra feita, no meio da pelada um menino gritou: Disilimina esse, Cabeludinho. Eu não disiliminei ninguém. Mas aquele verbo novo trouxe um perfume de poesia à nossa quadra. Aprendi nessas férias a brincar de palavras mais do que trabalhar com elas. Comecei a não gostar de palavra engavetada. Aquela que não pode mudar de lugar. Aprendi a gostar mais das palavras pelo que elas entoam do que pelo que elas informam. Por depois ouvi um vaqueiro a cantar com saudade: Ai morena, não me escreve / que eu não sei a ler. Aquele a preposto ao verbo ler, ao meu ouvir, ampliava a solidão do vaqueiro.

Ao brincar com as palavras, mais do que trabalhar com elas, parece que Manoel aproxima outros perfumes. Cria novas alquimias poéticas, diferentes da defesa do acesso à literatura de forma escolarizada, pragmática, engaiolada. Suas poesias nos afastam de uma literatura com objetivos determinados como moralizar, adquirir conhecimentos didáticos. A leitura literária deve prescindir dos chamados procedimentos de ordens práticas.

Pois então, minha gente, outra coisa chata que deve ser *disiliminada*, pois não cabe no quintal do direito à literatura, é a história de naturalizar públicos mercedores de acesso ao livro e à literatura, tomando como referência a classe social, a etnia, a idade, o gênero etc. Só para a comparação, escuta esta coisinha ainda muito comum e que precisa ser *disiliminada* de uma vez por todas: o fato de instituições públicas que compram livros com dinheiro público para crianças e adultos, mas acham que devem mantê-los em armários distantes, fechados, fora do alcance das gentes leitoras. Não fui aparelhada para achar que a pequenada pobre não pode ter acesso ao livro! Vai sujar? Rasgar? Isso não serve para nada, pois como lembrou Manoel (2003,

p. 24), para ser *Fraseador no futuro* [ou no presente] é preciso escovar as palavras...ter acesso aos livros, folheá-los... mergulhar em suas histórias...

Hoje eu completei oitenta e cinco anos. O poeta nasceu de treze.
Naquela ocasião escrevi uma carta aos meus pais, que moravam na fazenda, contando que eu já decidira o que queria ser no meu futuro. Que eu não queria ser doutor. Nem doutor de curar nem doutor de fazer casa nem doutor de medir terras. Que eu queria era ser fraseador. Meu pai ficou meio vago depois de ler a carta. Minha mãe inclinou a cabeça. Eu queria ser fraseador e não doutor. Então, o meu irmão mais velho perguntou: Mas esse tal de fraseador bota mantimento em casa?
Eu não queria ser doutor, eu só queria ser fraseador. Meu irmão insistiu: Mas se fraseador não bota mantimento em casa, nós temos que botar uma enxada na mão desse menino pra ele deixar de variar. A mãe baixou a cabeça um pouco mais. O pai continuou meio vago. Mas não botou enxada.

Tentando concluir essa carta, tentando, com Manoel de Barros, problematizar esse tema tão importante, já tenho a impressão de que sou amiga dele. Suas escritas me ajudam na escrita de uma carta e na leitura de coisas simples que são tão grandes, humanas...

Antonio Candido nos contou que toda criação literária, simples ou complexa, é arte! Não uma arte exclusiva, daquelas que estão em museus, galerias de arte, inseridas lindamente como um enigma, que só pode ser decifrado por um grupo de letrados/as que ‘sabem’ o que estão falando! O livro, em toda sua complexidade, como a poética que Manoel de Barros e Candido propõem, ensina-nos. Suas escritas humanizadoras são pistas para não correremos o risco de fazer interpretações únicas e ignorar a pluralidade das obras.

Por falar em obras, em seu poema *Obrar*, Manoel (2003, p. 41) fala desse verbo com tanta ironia e beleza que dá vontade de obrar em algum canteiro de algum lugar, em qualquer estação do ano...

Naquele outono, de tarde, ao pé da roseira de minha avó, eu obrei.
Minha avó não ralhou nem.
Obrar não era construir casa ou fazer obra de arte. Esse verbo tinha um dom diferente.
Obrar seria o mesmo que cacarar.
Sei que o verbo cacarar se aplica mais a passarinhos.
Os passarinhos cacaram nas folhas nos postes nas pedras do rio nas casas.
Eu só obrei no pé da roseira da minha avó. Mas ela não ralhou nem.
Ela disse que as roseiras estavam carecendo de esterco orgânico. E que as obras trazem força e beleza às flores.
Por isso, para ajudar, andei a fazer obra nos canteiros da horta. Eu só queria dar força às beterrabas e aos tomates.
A vó então quis aproveitar o feito para ensinar que o cago não é uma coisa desprezível.

Eu tinha vontade de rir porque a vó contrariava os ensinamentos do pai.
Minha avó, ela era transgressora.
No propósito ela me disse que até as mariposas gostavam de roçar nas obras verdes.
Entendi que obras verdes seriam aquelas feitas no dia.
Daí que também a vó me ensinou a não desprezar as coisas desprezíveis
E nem os seres desprezados.

Sigamos! Tomar o livro como um direito humano é uma conquista recente. Lá no passado, livros eram objetos para poucos homens sisudos, religiosos, intelectuais e outros. Livros eram feitos manualmente, com letras desenhadas em couro, papiros e caros papéis. Antes da criação da imprensa, as raras folhas feitas por copistas eram costuradas e formatadas para pouca gente de poder.

A produção de livros expandiu no decorrer da história e se categorizou para distintos públicos. Todavia, o acesso da infância, adolescência e juventude pobre à literatura ainda é mais recente, visto que os clássicos literários foram, e ainda permanecem [mesmo que sob outros aspectos], privilégios de alguns em detrimento de muitos.

Já os livros considerados populares parecem ocupar espaços mais amplos, pois a sua circulação e a venda por preços populares alcançam um público maior. Definir que tipo de livros serve para determinadas classes sociais não é democrático. É injusto! Precisamos ser pessoas transgressoras, como a avó do Manoel! Exigir livros nas mãos que adubam o direito a folhear páginas, correr os olhos e fazer casas de livros...

Lembrete: o direito ao universo literário está longe de práticas e de ações benevolentes [em geral bem divulgadas], como as famosas campanhas de doações de livros velhos e usados para constituir “bibliotecas” ou salas de leituras. O direito aqui não se confunde com gesto de piedade, caridade e outros aspectos religiosos que proporcionam um suposto dever cumprido para aliviar uma suposta culpa.

Doar é mais do que passar o que não se quer mais. Não é dar restos para limpar a casa e a vida. Essa prática em nada altera a desigualdade social, pois mantém o fosso que separa as classes antagônicas, naturalizando a diferença social como algo dado. Piedade é diferente de solidariedade. Vale promover campanhas com livros usados (quem não gosta de livros usados), mas talvez seria importante selecionar o que vai ser doado, incentivar formatos criativos e justos na doação. Doar o que a gente gostou muito e não precisa guardar para manter na memória!

Despeço-me, desejando muita saúde, teimosia, desobediência, resistência, brabeza e muitos livros nas estantes, nas cestas básicas, nos ônibus, prateleiras, consultórios, hospitais, e todos os lugares acessíveis e de direitos!!!

Fiquem com Manoel e suas escritas fraseadas...

Abraços,

Diane Valdez

Referências

BARROS, Manoel de. **Tratado geral das grandezas do ínfimo**. São Paulo: LeYa, 2013.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas: a infância**. São Paulo: Planeta, 2003.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

Sobre a autora

Diane Valdez: Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: divaldez@ufg.br